

Manual de Direito Processual do Trabalho

1ª edição — Fevereiro, 2008

1ª edição — 2ª tiragem, setembro, 2008

2ª edição — Fevereiro, 2009

3ª edição — Fevereiro, 2010

4ª edição — Janeiro, 2011

4ª edição — 2ª tiragem, agosto, 2011

5ª edição — Fevereiro, 2012

5ª edição — 2ª tiragem, setembro, 2012

6ª edição — Janeiro, 2013

6ª edição — 2ª tiragem, setembro, 2013

7ª edição — Janeiro, 2014

MAURO SCHIAVI

Juiz Titular da 19ª Vara do Trabalho de São Paulo.
Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.
Professor Universitário (Graduação e Pós-Graduação).
Professor Convidado dos Cursos de Pós-Graduação da PUC/SP (COGEAE),
Escola Paulista de Direito (EPD), Faculdade de Direito de Sul de
Minas (FDSM) e Rede LFG (NTC) e ESA (Escola Superior de Advocacia).
Professor Convidado das Escolas Judiciais dos TRTs das 2ª, 5ª, 6ª, 7ª,
17ª, 20ª e 22ª Regiões.

Manual de Direito Processual do Trabalho

7ª Edição

The logo consists of the letters 'LTR' in a bold, serif font. A small registered trademark symbol (®) is positioned to the upper right of the 'R'. The logo is centered within a thin black rectangular border with rounded corners.

LTR®



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-001

São Paulo, SP – Brasil

Fone: (11) 2167-1101

www.ltr.com.br

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: Peter Fritz Strotbek

Projeto de Capa: Fabio Giglio

Impressão:

LTr 4994.9

Janeiro, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schiavi, Mauro

Manual de direito processual do trabalho / Mauro Schiavi. — 7. ed.
— São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-361-2764-4

1. Direito processual do trabalho 2. Direito processual do trabalho
— Brasil I. Título.

13-13456

CDU-347.9:331

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual do trabalho 347.9:331

DEDICATÓRIA:

À Angélica Cabral Schiavi, pelo amor, estímulo, inspiração e carinho demonstrados durante a elaboração deste livro.

À minha família: Ida Santoro Schiavi (in memoriam), Alexandre Schiavi e Alexandre Schiavi Júnior, por tudo que representam na minha vida.

AGRADECIMENTOS:

A Armando Casimiro Costa Filho, pela confiança neste trabalho e pelo profissionalismo e entusiasmo com que divulga a cultura jurídica.

A Mara Batista Paixão e toda a sua equipe, pelo cuidado, profissionalismo e competência na editoração desta obra.

Ao Lacier José de Rezende, pela amizade e pelo incentivo na elaboração do livro.

À Lucélia, do Curso Robortella, pelo incentivo e pela confiança no nosso trabalho.

A Leonel Maschietto e Sidnei Freire, pela amizade e incentivo na elaboração deste trabalho.

Aos caros Samuel Brandão e Beatriz de Lourdes Antonio, pelo incentivo e ajuda na divulgação desta obra.

Sumário

Nota à sétima edição	29
Nota à sexta edição.....	31
Nota à quinta edição	33
Nota à quarta edição.....	35
Nota à terceira edição.....	37
Nota à segunda edição.....	39
Apresentação	41

Capítulo I – Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho

1. Do conflito trabalhista	43
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas	45
3. Da conciliação.....	49
3.1. Homologação de transação extrajudicial pelo Juiz do Trabalho	52
3.2. Consequências da supressão da expressão “conciliar e julgar” do art. 114 da CF.....	52
4. Das comissões de conciliação prévia	53
4.1. Conceito	53
4.2. Obrigatoriedade ou facultatividade?	54
4.3. Efeitos da transação na Comissão de Conciliação Prévia (eficácia da quitação)	60
5. Arbitragem no Direito Processual do Trabalho.....	62
6. Da jurisdição.....	69
6.1. Da lide	69
6.2. Da pretensão.....	69
6.3. Da demanda.....	69
6.4. Do conceito e das características da jurisdição	70
6.5. Princípios da jurisdição	71
6.6. Espécies de jurisdição	72
7. Do processo	72
7.1. Dos pressupostos processuais	74
8. Da ação	76
8.1. Conceito	76
8.2. Das condições da ação.....	78
8.3. Interesse processual.....	80

8.4. Legitimidade.....	81
8.5. Possibilidade jurídica do pedido.....	82
8.6. Teoria da asserção quanto às condições da ação.....	82
8.7. Da avaliação das condições da ação no Processo do Trabalho e a postura do Juiz do Trabalho. Aplicação da teoria da asserção.....	83
8.8. Da carência da ação.....	85
9. Do mérito do processo.....	86
10. Dos princípios constitucionais do processo.....	86
10.1. Dos princípios constitucionais do processo em espécie.....	91
10.1.1. Devido processo legal.....	91
10.1.2. Princípio do Juiz e do Promotor Natural.....	93
10.1.3. Princípio da igualdade.....	95
10.1.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	95
10.1.5. Princípio do contraditório e ampla defesa.....	97
10.1.6. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	98
10.1.7. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	99
10.1.8. Princípio da publicidade.....	100
10.1.9. Princípio da vedação da prova ilícita.....	101
10.1.10. Princípio da duração razoável do processo.....	102
11. Princípios do Processo Civil previstos na Lei Ordinária e que são aplicáveis ao Processo do Trabalho.....	107

Capítulo II – Do Direito Processual do Trabalho

1. Conceito de Direito Processual do Trabalho.....	112
2. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	115
3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho.....	121
3.1. Protecionismo temperado ao trabalhador.....	121
3.2. Informalidade.....	124
3.3. Conciliação.....	124
3.4. Celeridade.....	126
3.5. Simplicidade.....	126
3.6. Oralidade.....	126
3.7. Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo.....	131
3.8. Subsidiariedade.....	132
3.9. Função social do Processo do Trabalho.....	132
3.9.1. Princípio da Normatização Coletiva.....	134
4. Das fontes do Direito Processual do Trabalho.....	135
5. Interpretação do Direito Processual do Trabalho.....	141
5.1. Regras de interpretação constitucional.....	145

6. Da aplicação subsidiária do Direito Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho e as lacunas da CLT	148
7. Da vigência da norma processual trabalhista e as regras de direito intertemporal.....	160
8. Processos em curso oriundos das Justiças Estadual e Federal quando da vigência da EC n. 45/04 e as regras de direito intertemporal	161
9. Das espécies de procedimentos no Processo do Trabalho	163
10. Do procedimento para as ações que não envolvam parcelas trabalhistas <i>stricto sensu</i>	163

Capítulo III – Organização da Justiça do Trabalho Brasileira

1. Referências históricas e evolução da Justiça do Trabalho brasileira	167
2. Dos órgãos da Justiça do Trabalho.....	173
3. Das garantias da Magistratura do Trabalho	173
4. Do acesso à Magistratura do Trabalho	175
5. Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho	180
6. Dos Tribunais Regionais do Trabalho	181
7. Do Tribunal Superior do Trabalho.....	183
8. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	184
8.1. Dos distribuidores	186

Capítulo IV – Do Ministério Público do Trabalho

1. Conceito e origem.....	188
2. Princípios do Ministério Público	189
3. Do Ministério Público do Trabalho	190
4. Da prerrogativa do Procurador do Trabalho de sentar-se ao lado do Juiz do Trabalho nas audiências trabalhistas	192
5. Da competência do Ministério Público do Trabalho	192
6. Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho	193
6.1. Judicial	193
6.1.1. Qualidade de parte ou agente.....	193
6.1.2. Fiscal da lei (<i>custos legis</i>) ou interveniente	195
6.2. Extrajudicial	196
6.2.1. Inquérito Civil Público	197
6.2.2. Termo de Ajuste de Conduta	198

Capítulo V – Competência da Justiça do Trabalho

1. Do conceito de competência.....	201
2. Competência material da Justiça do Trabalho brasileira após a EC n. 45/04 e competência em razão da pessoa	204
3. Da competência material da Justiça do Trabalho.....	207
3.1. Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho.....	207
3.1.1. Do conceito de relação de trabalho	207
3.2. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides oriundas da relação de trabalho	210
3.2.1. Trabalhador autônomo	216

3.2.2. Trabalhador eventual.....	216
3.2.3. Trabalhador avulso	217
3.2.4. Empregados de Cartórios Extrajudiciais	218
3.3. Competência da Justiça do Trabalho para as relações de trabalho que configuram relação de consumo	220
3.4. Servidor público. Relação estatutária	224
3.4.1. Contratação temporária pela Administração Pública	226
3.5. Os contratos de empreitada e a pequena empreitada	229
3.6. Contratos de prestação de serviços	231
3.7. Entes de direito público externo	233
3.8. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF)	236
4. Competência para as ações que envolvem o exercício do direito de greve	238
4.1. Da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da greve dos servidores públicos	240
4.2. Ações possessórias e interdito proibitório que decorre da greve.....	243
4.3. Ações indenizatórias que decorrem da greve	246
5. Ações sobre representação sindical.....	246
6. <i>Habeas corpus</i>	250
7. Mandado de Segurança.....	254
8. <i>Habeas data</i>	256
9. Competência penal da Justiça do Trabalho	257
10. Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho	263
10.1. Danos na fase pré-contratual.....	265
10.2. Danos na fase pós-contratual	266
10.2.1. Competência da Justiça do Trabalho para os pedidos de complementação de aposentadoria.....	267
10.3. Da competência da Justiça do Trabalho para apreciação dos danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho.....	270
10.4. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar o dano moral em ricochete.....	274
11. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho.....	278
11.1. Execução fiscal das multas decorrentes da fiscalização do trabalho	281
11.2. Órgãos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	282
11.3. Ações sobre o FGTS movidas em face da CEF	282
12. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	283
13. Da competência territorial da Justiça do Trabalho brasileira.....	288
13.1. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro.....	295
13.2. Foro de eleição na Justiça do Trabalho	297
14. Competência funcional da Justiça do Trabalho	298
14.1. Competência funcional das Varas.....	300
14.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho	301
14.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho.....	303
15. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho	306
16. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista	308

Capítulo VI – Das Partes e Procuradores no Processo do Trabalho

1. Conceito de parte.....	311
2. Da capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho.....	312
3. Da representação e assistência das partes na Justiça do Trabalho	314
4. Da representação do empregado menor de 18 anos na Justiça do Trabalho.....	316
5. Da capacidade postulatória da parte na Justiça do Trabalho — O <i>jus postulandi</i> da parte na Justiça do Trabalho. Aspectos críticos e perspectivas.....	317
6. Sucessão das partes no Processo do Trabalho.....	321
7. Da substituição processual (legitimidade extraordinária).....	323
8. A substituição processual pelo sindicato no Direito Processual do Trabalho.....	325
8.1. Do rol de substituídos	333
8.2. Liquidação e execução da decisão genérica.....	335
8.3. Substituição processual e interrupção da prescrição	342
9. Da regularização da representação processual.....	343
10. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho.....	344
10.1. Conceito	344
10.2. Do litisconsórcio previsto na CLT	347
10.3. Do litisconsórcio necessário no Processo do Trabalho	348
10.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	349
10.5. Litisconsórcio multitudinário.....	350
10.6. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes (art. 191 do CPC)	351
11. Do advogado na Justiça do Trabalho	352
12. Da procuração.....	354
13. Da procuração <i>apud acta</i>	356
14. Dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho que decorrem da sucumbência	358
15. Dos honorários advocatícios previstos no Código Civil de 2002 e o Processo do Trabalho.....	363
16. Da assistência judiciária e justiça gratuita no Processo do Trabalho.....	367
16.1. Do deferimento da justiça gratuita ao empregador	369
17. Dos deveres das partes e procuradores	373
18. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho.....	376
19. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé.....	378
20. Do assédio processual.....	381
20.1. Da reparação do assédio processual no âmbito trabalhista.....	391

Capítulo VII – Da Intervenção de Terceiros no Direito Processual do Trabalho

1. Da intervenção de terceiros e princípios que a orientam.....	394
2. Da compatibilidade da intervenção de terceiros com o procedimento trabalhista	395
3. Das espécies de intervenção de terceiros e sua aplicabilidade no Direito Processual do Trabalho...	400
3.1. Assistência.....	400
3.2. Nomeação à autoria.....	401

3.3. Oposição.....	403
3.4. Oposição em dissídio coletivo de natureza econômica.....	405
3.5. Denúnciação da lide.....	408
3.6. Chamamento ao processo.....	414

Capítulo VIII – Dos Atos Processuais

1. Conceito de atos e fatos processuais.....	417
2. Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho.....	418
2.1. Publicidade.....	419
2.2. Limites temporais.....	419
2.3. Forma.....	420
2.4. Documentação.....	420
2.5. Preclusão.....	420
3. Da prática dos atos processuais por meios eletrônicos e processo judicial eletrônico.....	422
3.1. Da Resolução n. 94/12 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: institui o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho — PJe-JT.....	427
4. Termo processual.....	442
5. Dos prazos processuais.....	442
6. Da contagem dos prazos processuais.....	444
7. Privilégios de prazo.....	446
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas: citação, notificação e intimação.....	447
8.1. Da comunicação dos atos processuais por intermédio de Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem.....	449
9. Das despesas processuais no Processo do Trabalho.....	450
9.1. Custas processuais e emolumentos.....	451
10. Da suspensão do processo.....	453

Capítulo IX – Das Nulidades no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e espécies.....	456
2. Princípios das nulidades.....	457
2.1. Prejuízo ou transcendência.....	457
2.2. Princípio da instrumentalidade das formas.....	458
2.3. Princípio da convalidação.....	459
2.4. Princípio da renovação dos atos processuais viciados ou saneamento das nulidades....	461
2.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados.....	462
2.6. Princípio do interesse.....	462

Capítulo X – Da Prescrição no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e distinção com a decadência.....	464
2. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição e o Processo do Trabalho...	467
3. Prescrição na ação declaratória no Processo do Trabalho.....	472
4. Da prescrição intercorrente.....	473
5. Do momento da arguição da prescrição no Processo do Trabalho.....	478

6. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Processual do Trabalho e aplicabilidade do § 5º do art. 219 do CPC.....	479
7. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> e das ações em curso que vieram para o Judiciário Trabalhista.....	485
8. Da prescrição do dano moral decorrente da relação de trabalho.....	487
9. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	490
10. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	494
11. Regras de transição da prescrição e processos em curso oriundos da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho e as regras de direito intertemporal quanto às reparações civis pelo acidente de trabalho.....	497

Capítulo XI – Da Petição Inicial no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e fundamentos.....	503
2. Requisitos da petição inicial trabalhista	505
3. Requisitos da inicial trabalhista exigidos pela CLT	506
4. Efeitos processuais da inicial.....	519
5. Da emenda e aditamento da inicial no Processo do Trabalho	519
6. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista	521
7. Do indeferimento da petição inicial no Processo do Trabalho	521
8. Da inépcia da inicial trabalhista	524
9. Do recurso em face do indeferimento liminar da inicial no Processo do Trabalho	525

Capítulo XII – Da Audiência Trabalhista

1. Conceito	527
2. Princípios da audiência trabalhista.....	529
3. Peculiaridades da audiência trabalhista.....	535
4. O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do Juiz do Trabalho e das partes	539
5. Da condução da audiência pelo Juiz do Trabalho: ordem da oitiva das partes e testemunhas .	542
6. Da importância do comparecimento das partes no Processo do Trabalho	542
6.1. Do atraso das partes e do Juiz do Trabalho à audiência	544
7. Da ausência do advogado	547
8. Da ausência do reclamante e a possibilidade de representação do empregado	548
9. Da possibilidade de aplicação da confissão ao reclamante ausente à audiência em prosseguimento.....	551
10. Da ausência do reclamado	553
11. Nomeação de curador especial para o reclamado revel	555
12. Ausência do reclamante e do reclamado.....	556
13. Da ausência do reclamado e presença do advogado (Súmula n. 122 do TST)	557
14. Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto. Súmula n. 377 do C. TST e efeitos	560
15. Efeitos processuais da representação do empregador por preposto que não ostenta a qualidade de empregado	568

Capítulo XIII – Da Revelia no Direito Processual do Trabalho

1. Introdução	570
2. Do conceito de revelia no Direito Processual Civil e no Direito Processual do Trabalho	571
3. Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho.....	574
4. Revelia e confissão no Direito Processual do Trabalho.....	576
5. Elisão da revelia no Direito Processual do Trabalho.....	578
5.1. Nulidade da citação	578
5.2. Ausência motivada do preposto	580
6. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho....	581
6.1. Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação.....	581
6.2. Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 351 do CPC)	583
6.3. Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial	584
7. A revelia e a pessoa jurídica de direito público	585
8. A revelia quando há necessidade de prova pericial	586
9. O Juiz do Trabalho diante da revelia	587

Capítulo XIV – Da Resposta

1. Conceito	591
2. Da contestação	592
2.1. Das preliminares da contestação	598
2.2. Da compensação e da retenção como matérias de defesa.....	603
2.3. Matérias que podem ser invocadas após a contestação.....	604
2.4. Da ordem de enumeração da matéria defensiva.....	606
3. Das exceções	606
3.1. Exceções de impedimento e suspeição.....	607
3.2. Procedimento das exceções de impedimento e suspeição.....	609
3.3. Exceção de incompetência	611
4. Da reconvenção	614
4.1. Conceito e requisitos de admissibilidade	614
4.2. Do procedimento da reconvenção no Processo do Trabalho.....	616
4.3. Da reconvenção nas ações de natureza dúplice na esfera processual do trabalho	618
4.4. Reconvenção de reconvenção no Processo do Trabalho	620

Capítulo XV – Das Provas no Processo do Trabalho

1ª Parte – Teoria Geral das Provas no Processo do Trabalho

1.1. Do conceito e finalidade da prova.....	621
1.1.1. Da verdade para fins processuais (a superação dos conceitos de verdade real e formal)	624
1.2. Objeto da prova.....	626
1.3. Das máximas de experiência e a prova no Processo do Trabalho	630
1.4. Da prova do Direito no Direito Processual do Trabalho	631

1.5. Princípios da prova no Direito Processual do Trabalho	632
1.5.1. Necessidade da prova	632
1.5.2. Contraditório e ampla defesa.....	632
1.5.3. Lícitude e probidade da prova.....	633
1.5.4. Oralidade	633
1.5.5. Aquisição processual da prova no Processo do Trabalho	635
1.5.6. Livre-convencimento motivado do Juiz	636
1.5.7. Busca da verdade real.....	636
1.5.8. Aptidão para a prova.....	637
1.5.9. Princípio da lealdade processual e boa-fé.....	639
1.6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	640
1.6.1. Requisitos para utilização da prova emprestada no Direito Processual do Trabalho ..	644
1.7. Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	646
1.7.1. O ônus da prova e o fato negativo	650
1.8. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	651
1.8.1. A moderna teoria da carga dinâmica do ônus da prova.....	654
1.9. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho	658
1.10. Valoração da prova no Direito Processual do Trabalho.....	663
1.10.1. Da aplicação do princípio <i>in dubio pro operario</i> na valoração da prova pelo Juiz do Trabalho.....	666
1.11. Dos poderes instrutórios do Juiz do Trabalho.....	668
1.12. Da prova ilícita no Direito Processual do Trabalho.....	672
1.12.1. A prova ilícita e o Juiz do Trabalho	678
1.13. Fases do procedimento probatório.....	679

2ª Parte – Das Provas em Espécie

2.1. Interrogatório e depoimento pessoal	681
2.1.1. Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal	681
2.1.2. Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática.....	684
2.2. Da confissão	688
2.3. Da prova documental.....	692
2.3.1. Da exibição de documentos.....	696
2.3.2. Documentos trabalhistas típicos.....	697
2.3.2.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social	697
2.3.2.2. Recibos de pagamento e quitação e cartões de ponto.....	698
2.3.2.3. Da oportunidade de juntada dos documentos.....	700
2.3.3. Da autenticidade dos documentos no Processo do Trabalho	702
2.3.4. Do incidente de falsidade no Direito Processual do Trabalho	704
2.3.5. Valoração do documento no processo do trabalho.....	706
2.4. Da prova testemunhal no Processo do Trabalho	707
2.4.1. Do conceito e admissibilidade da prova testemunhal no Processo do Trabalho.....	707

2.4.2. Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, impedimentos e suspeições das testemunhas no Processo do Trabalho	710
2.4.3. Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho	716
2.4.4. Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho	718
2.4.5. Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?	719
2.4.6. Da contradita	721
2.4.7. Da substituição das testemunhas	722
2.4.8. Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho	722
2.4.9. Da acareação das testemunhas e partes	725
2.4.9.a. Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho	726
2.4.9.b. Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	729
2.5. Da prova pericial	731
2.5.1. Sistemática da realização das perícias	734
2.5.2. Da valoração da prova pericial	736
2.5.3. Do pagamento dos honorários periciais	738
2.6. Da inspeção judicial no Direito Processual do Trabalho	743

Capítulo XVI — Sentença e Coisa Julgada

1ª Parte — Da Sentença Trabalhista

1. Conceito e natureza jurídica	747
2. Princípios da sentença trabalhista	751
3. Requisitos estruturais da sentença trabalhista	751
4. Classificação das sentenças	757
5. Nulidades da sentença	758
6. Possibilidade de julgamento <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i> no Processo do Trabalho — Princípio da ultrapetição	763
7. Da inalterabilidade da sentença após a publicação	764
7.1. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	765
8. Da sentença de improcedência liminar (aplicação do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho)	767
8.1. Da compatibilidade do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho	770

2ª Parte — Da Coisa Julgada no Direito Processual do Trabalho

9. Conceito. Coisa julgada material e coisa julgada formal	774
10. Limites subjetivos da coisa julgada	777
11. Limites objetivos da coisa julgada	778
12. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	780
13. Relativização da coisa julgada material no Processo do Trabalho	782

Capítulo XVII — Dos Ritos Sumaríssimo e Sumário no Processo do Trabalho

1. Dos ritos sumário e sumaríssimo trabalhistas	786
2. Do rito sumário	787

3. Do rito sumaríssimo	788
3.1. Da obrigatoriedade ou facultatividade do rito sumaríssimo	789
3.2. Da possibilidade de conversão do rito sumaríssimo para ordinário	790
3.3. Da aplicabilidade do rito sumaríssimo	791
3.4. Requisitos da petição inicial no rito sumaríssimo e possibilidade de emenda da inicial ...	792
3.5. Da citação por edital no rito sumaríssimo	794
3.6. Aspectos do procedimento sumaríssimo	796

Capítulo XVIII – Recursos no Processo do Trabalho

1ª Parte – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas

1.1. Dos recursos — conceito, fundamentos e natureza jurídica	801
1.1.1. Classificação dos recursos	803
1.2. Princípios dos recursos trabalhistas	805
1.2.1. Duplo grau de jurisdição	805
1.2.2. Taxatividade	809
1.2.3. Singularidade ou unirecorribilidade	810
1.2.4. Fungibilidade	811
1.2.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	814
1.2.6. Variabilidade	815
1.2.7. Dialética	816
1.2.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	817
1.3. Da remessa necessária ou recurso de ofício	818
1.4. Recursos e direito intertemporal	820
1.5. Decisões irrecorríveis no Processo do Trabalho	821
1.5.1. Decisão interlocutória	821
1.5.2. Dissídios de alçada (irrecorribilidade)	827
1.5.3. Despachos	830
1.6. Pressupostos recursais	831
1.6.1. Pressupostos recursais intrínsecos ou subjetivos	833
1.6.1.1. Cabimento	833
1.6.1.2. Legitimidade	833
1.6.1.3. Interesse recursal	835
1.6.2. Pressupostos recursais extrínsecos ou objetivos	839
1.6.2.1. Preparo	839
1.6.2.2. Depósito recursal	839
1.6.2.3. Regularidade formal	852
1.6.2.4. Assinatura	856
1.6.2.5. Tempestividade	857
1.7. Efeitos dos recursos trabalhistas	857
1.7.1. Do efeito devolutivo	857
1.7.2. Efeito translativo	861

1.7.3. Regressivo.....	862
1.7.4. Substitutivo	863
1.7.5. Suspensivo.....	863
1.8. Do processamento dos recursos trabalhistas	864
1.9. Do art. 557 do CPC (majoração dos poderes do relator)	869

2ª Parte – Dos Recursos Trabalhistas em Espécie

2.1. Do recurso ordinário	872
2.1.1. Conceito e requisitos.....	872
2.1.2. Da Súmula impeditiva de recursos prevista no art. 518 do CPC e o recurso ordinário	876
2.1.3. O § 3º do art. 515 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista.....	881
2.1.4. O § 4º do art. 515 do CPC (saneamento das nulidades no recurso ordinário).....	886
2.2. Recurso de revista.....	889
2.2.1. Conceito.....	889
2.2.2. Requisitos específicos do recurso de revista.....	891
2.2.2.1. Pressupostos objetivos.....	891
2.2.2.2. Pressupostos subjetivos	892
2.2.3. Hipóteses de cabimento	897
2.2.4. Execução de sentença.....	902
2.2.5. Rejeição liminar do recurso de revista pelo relator	903
2.2.6. Recurso de revista no rito sumaríssimo	904
2.2.7. Transcendência no recurso de revista.....	905
2.2.8. Efeitos do recurso de revista	908
2.2.8.1. Efeito devolutivo	908
2.2.8.2. Efeito suspensivo no recurso de revista.....	910
2.3. Dos embargos de declaração.....	910
2.3.1. Conceito e natureza jurídica	910
2.3.2. Hipóteses cabíveis	911
2.3.3. Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo)	913
2.3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	913
2.3.5. Embargos de declaração e contraditório	914
2.3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa.....	915
2.3.7. Embargos de declaração e prequestionamento	916
2.3.8. Do processamento dos embargos de declaração	917
2.4. Agravo de instrumento	918
2.5. Agravo de petição	923
2.5.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia	925
2.5.2. Procedimento	927
2.6. Do recurso adesivo no Processo do Trabalho	927
2.6.1. Compatibilidade com o Processo do Trabalho e requisitos.....	928
2.7. Pedido de revisão.....	929

2.8. Embargos no TST	930
2.8.1. Embargos infringentes.....	934
2.8.2. Embargos de divergência.....	935
2.8.3. Embargos de nulidade.....	936
2.8.4. Processamento dos embargos no TST	937
2.9. Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista	938
2.9.1. Da repercussão geral no recurso extraordinário.....	940
2.9.2. Do processamento do recurso extraordinário	942
2.9.3. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista.....	943
2.10. Do agravo regimental	944

Capítulo XIX – Da Liquidação de Sentença Trabalhista

1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica.....	947
2. Da liquidação por cálculos no Processo do Trabalho. Procedimento e impactos da Lei n. 11.232/2005.....	950
3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	954
4. Liquidação por arbitramento	955
5. Liquidação por artigos	956
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista	958
7. Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e impugnabilidade	959
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho.....	962

Capítulo XX – Da Execução na Justiça do Trabalho

1. Introdução e aspectos críticos.....	964
2. Do conceito de execução trabalhista	965
3. Dos princípios da execução trabalhista	966
3.1. Primazia do credor trabalhista.....	966
3.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado.....	967
3.3. Princípio do título	967
3.4. Redução do contraditório.....	968
3.5. Patrimonialidade	969
3.6. Efetividade.....	969
3.7. Utilidade	969
3.8. Disponibilidade	970
3.9. Função social da execução trabalhista	970
3.10. Subsidiariedade.....	970
3.11. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético)	971
3.12. Princípio do impulso oficial.....	973
4. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução	973
5. Do mérito da execução	975

6. Do título executivo	976
7. Títulos executivos judiciais	979
8. Títulos executivos extrajudiciais	982
9. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho...	986
10. Da competência para a execução trabalhista	988
11. Legitimidade para promover a execução	989
11.1. Ativa.....	989
11.2. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	990
11.3. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista.....	991
11.4. Do sub-rogado	992
11.5. Da legitimidade passiva	993
12. Da responsabilidade patrimonial	993
13. Da responsabilidade patrimonial secundária	994
13.1. Sucessão de empresas (empregadores)	995
13.2. Da responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica)	999
13.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação.....	1006
13.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	1009
13.4. Bens do cônjuge.....	1010
13.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário	1011
13.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	1016
14. Da fraude de execução no Processo do Trabalho.....	1018
14.1. Da fraude de execução e fraude contra credores	1022
14.2. Da fraude de execução (penhora de bem imóvel)	1025
15. Do ato atentatório à dignidade da Justiça	1027
16. Da execução provisória na Justiça do Trabalho	1030
16.1. A nova execução provisória no Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho	1032
16.2. Da penhora de dinheiro na execução provisória	1040
16.3. Execução provisória de obrigação de fazer	1043
17. Da audiência de conciliação na execução	1044
18. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial.....	1045
18.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	1050
18.2. Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial.....	1053
19. Da execução das obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho	1055
20. Execução em face da Fazenda Pública.....	1058
21. Da execução de parcelas sucessivas	1067
22. Execução da parcela previdenciária	1068
23. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	1077
24. Execução de sentença trabalhista por quantia certa contra devedor solvente.....	1079
24.1. Do procedimento da CLT	1079

24.2. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	1081
24.3. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC — Art. 475-J do CPC	1083
24.4. Da aplicabilidade do art. 475-J do CPC ao Processo do Trabalho	1084
24.5. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida	1099
24.6. Da certidão negativa de débitos trabalhistas	1101
25. Da penhora	1107
25.1. Conceito e efeitos da penhora	1107
25.2. Da indicação de bens à penhora, constrição e garantia do juízo	1109
25.3. Dos bens impenhoráveis	1111
25.4. Da impenhorabilidade do bem de família	1112
25.5. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	1118
25.6. Da penhora de salário e do salário depositado em caderneta de poupança	1120
25.7. Penhora de bens imóveis	1124
25.7.1. Do registro da penhora do imóvel e consequências	1127
25.8. Da penhora do imóvel hipotecado	1128
25.9. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	1131
25.10. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	1133
25.11. Penhora de crédito	1134
25.12. Penhora no rosto dos autos	1135
25.13. Penhora de faturamento	1136
25.14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	1137
25.15. Substituição de penhora	1139
25.16. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho)	1140
25.16.1. Do arresto cautelar (art. 653 do CPC)	1141
25.17. Do auto de penhora	1142
26. Da avaliação dos bens penhorados	1143
27. Do depósito dos bens penhorados e depositário	1146
28. Depositário infiel — prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	1149
29. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução	1157
29.1. Embargos à execução (título executivo judicial)	1157
29.1.1. Do conteúdo dos embargos à execução	1159
29.1.2. Do processamento dos embargos à execução	1166
30. Embargos à execução por título executivo extrajudicial	1169
30.1. Parcelamento da execução (art. 745-A do CPC) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho	1170
31. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho	1171
32. Dos embargos de terceiro	1176

Da Fase de Expropriação de Bens

33. Da hasta pública	1180
34. Formalidades da hasta pública	1182

35. Expropriação.....	1185
35.1. Arrematação — conceito e legitimidade para arrematar.....	1186
35.2. Da arrematação parcelada de bens imóveis (art. 690, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho	1189
35.3. Adjudicação	1190
35.4. Remição da execução.....	1192
35.5. Remição de bens	1194

Prioridade no Processo do Trabalho

36. Lance mínimo	1195
37. Lance vil.....	1197
38. Lance vil no Processo do Trabalho	1200
39. Impugnação da expropriação no Processo do Trabalho	1204
40. Da adjudicação antes da hasta pública (art. 685-A do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o Processo do Trabalho.....	1207
41. Alienação por iniciativa particular (art. 685-C do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o Processo do Trabalho.....	1209
42. Alienação por rede mundial de computadores	1210
43. Suspensão e extinção da execução no Processo do Trabalho	1211

Capítulo XXI — Procedimentos Especiais Trabalhistas

1. Inquérito judicial para apuração de falta grave	1213
1.1. Do procedimento do inquérito judicial para apuração de falta grave	1216
1.2. Efeitos da decisão proferida no inquérito para apuração de falta grave.....	1217
1.3. Inquérito judicial para apuração de falta grave (natureza dúplice) e reconvenção	1218
2. Dissídio coletivo	1218
2.1. Dos conflitos coletivos trabalhistas e do interesse coletivo.....	1218
2.2. Do poder normativo da Justiça do Trabalho brasileira.....	1220
2.3. Do dissídio coletivo — conceito e espécies.....	1225
2.4. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	1227
2.5. A questão do comum acordo nos dissídios de greve e a legitimidade do Ministério Público do Trabalho	1237
2.6. Limites da competência normativa da Justiça do Trabalho brasileira	1239
2.7. O poder normativo se transformou em arbitragem judicial após a EC n. 45/04?.....	1241
2.8. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?.....	1242
2.9. Do procedimento no dissídio coletivo e questões processuais.....	1244
2.9.1. Da revelia no dissídio coletivo	1247
2.9.2. Da sentença normativa, recursos e coisa julgada no dissídio coletivo	1248
3. Da ação de cumprimento	1252
3.1. Competência da Justiça do Trabalho para a ação de cumprimento	1254
3.2. Legitimidade.....	1255
3.3. Dilação probatória.....	1256
3.4. Prescrição	1256

Capítulo XXII – Ações Cíveis Admissíveis no Processo do Trabalho

Das Tutelas de Urgência Previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho

1. Conceito e espécies	1257
1.1. Da fungibilidade das tutelas de urgência	1258
2. Da tutela antecipada e o Processo do Trabalho	1260
2.1. Da impugnação da medida que aprecia a tutela antecipada no Processo do Trabalho.....	1266
2.2. Da execução da tutela antecipada no Processo do Trabalho	1267
2.3. Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho.....	1269
2.4. A tutela antecipada em face da Fazenda Pública	1270
3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho	1272
4. Da tutela cautelar. Medidas cautelares e o Processo do Trabalho	1274
4.1. Teoria geral do Processo Cautelar	1274
4.2. Do poder geral da cautela do Juiz do Trabalho.....	1277
4.3. Espécies de medidas cautelares.....	1278
4.4. Do procedimento das medidas cautelares no Processo do Trabalho.....	1279
4.5. Das medidas cautelares em espécie.....	1283
5. Da ação rescisória na Justiça do Trabalho	1288
5.1. Conceito e natureza jurídica	1288
5.2. Hipóteses de cabimento da ação rescisória	1293
5.3. Legitimidade para propor a ação rescisória	1299
5.4. Competência	1299
5.5. Da revelia na ação rescisória	1300
5.6. Procedimento na Justiça do Trabalho	1300
5.7. Prazo para a propositura da ação rescisória	1304
6. Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista.....	1305
6.1. Do conceito de Ação Civil Pública. Natureza jurídica e aplicabilidade no Processo do Trabalho	1305
6.2. Competência para as ações coletivas na Justiça do Trabalho.....	1311
6.3. Da legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública	1314
6.4. Litispendência entre a Ação Civil Pública e a Ação Individual.....	1318
6.5. Prescrição da pretensão nas ações coletivas trabalhistas	1320
6.6. Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública	1321
7. Da ação civil coletiva.....	1325
8. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho	1327
9. Ação anulatória na Justiça do Trabalho.....	1330
9.1. Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho	1333
9.1.1. Legitimidade	1337
9.1.2. Competência material	1342
9.1.3. Competência hierárquica ou funcional.....	1343
10. Correição parcial na Justiça do Trabalho.....	1346

11. <i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	1349
11.1. Conceito e natureza jurídica	1349
11.2. Competência da Justiça do Trabalho.....	1350
11.3. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	1351
11.4. Competência funcional e procedimento	1354
12. Ação Monitória.....	1356
12.1. A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	1360
12.2. Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho	1364
12.3. Da Ação Monitória em face da Fazenda Pública	1365
13. Mandado de segurança na Justiça do Trabalho	1366
13.1. Conceito de mandado de segurança.....	1366
13.2. Do direito líquido e certo	1367
13.3. Das competências material e funcional para o mandado de segurança	1370
13.4. Mandado de segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista.....	1372
13.5. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho.....	1373
13.6. Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia.....	1378
13.7. Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança	1380
13.8. Do prazo para impetração do mandado de segurança	1380
13.9. Do mandado de segurança coletivo	1381
14. O <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho	1383
15. Ações Possessórias na Justiça do Trabalho.....	1385
15.1. Do interdito proibitório.....	1388
Bibliografia	1391

*Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida; estes são imprescindíveis.*
(Bertold Brecht)

Nota à Sétima Edição

Novamente, sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista, pelo incentivo, pelas sugestões e críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Nesta edição, todos os capítulos foram revisados e ampliados em compasso com as modernas tendências da doutrina e jurisprudência do Processo do Trabalho. Novas obras foram pesquisadas, bem como novas edições de obras já citadas foram analisadas e incorporadas ao texto. Muitas ementas dos Tribunais Superiores, bem como dos Tribunais Regionais do Trabalho foram analisadas e muitas incorporadas à obra, visando a dar ao leitor um panorama doutrinário e jurisprudência do Direito Processual do Trabalho de nosso país.

Novas tendências da ciência processual, tanto do Anteprojeto do CPC como do Anteprojeto da Execução Trabalhista, foram analisadas e citadas na obra, naquilo que é mais relevante para o processo trabalhista.

No ano que passou tivemos a oportunidade de ministrar muitas aulas e palestras em Congressos e Seminários Jurídicos, Escolas Judiciais e Cursos de Pós-Graduação, discutir, francamente, temas polêmicos do direito processual do trabalho com professores, desembargadores, juízes, advogados e estudantes, o que ampliou nosso horizonte e contribuiu, de forma significativa, para o aperfeiçoamento da obra.

Nesta edição, demos especial atenção aos princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo do trabalho, hermenêutica constitucional do processo, ações coletivas para substituição processual na Justiça do Trabalho, audiência trabalhista, recursos e execução.

Estamos convencidos de que o direito processual do trabalho está evoluindo. Os Tribunais Trabalhistas vêm adotando decisões mais flexíveis quanto à técnica processual, e voltadas para instrumentalidade e efetividade processual. Além disso, a paulatina implantação do Processo Judicial Eletrônicos está nas Varas e Tribunais Trabalhistas esta provocando a mudança de certos costumes na Justiça do Trabalho e criando um novo método de pensar e aplicar o direito processual.

Indiscutivelmente, o procedimento oral trabalhista e a principiologia do processo do trabalho são muito fortes e têm sustentado a autonomia e efetividade da jurisdição trabalhista, entretanto, a cada dia novos institutos processuais vão sendo incorporados ao cotidiano da Justiça do Trabalho. Apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, a Justiça do Trabalho, por meio do processo do trabalho, que é o seu instrumento de atuação, vem cumprindo sua missão constitucional de materializar, nos casos concretos, a norma trabalhista, e assegurar o acesso do trabalhador à Justiça, com efetividade e celeridade.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Nota à Sexta Edição

Novamente, sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo, pelas sugestões e críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Nesta sexta edição, a obra foi sensivelmente atualizada e ampliada em compasso com as novas tendências da doutrina e jurisprudência do processo do trabalho.

Muitos capítulos foram ampliados e outros reescritos.

A obra também incorpora e analisa as recentes alterações da jurisprudência do TST, bem como as novas Súmulas do STJ em matéria processual.

Foram incorporadas à obra não só as recentes alterações da CLT em matéria processual, mas também do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas.

O capítulo sobre os princípios do processo do trabalho foi totalmente atualizado e reformulado, buscando destacar as novas tendências constitucionais do processo, e, sobretudo, fortificar as vigas mestras e a importância da teoria geral do processo do trabalho no cenário processual.

Os recursos merecem especial atenção, considerando-se os problemas práticos do cotidiano forense trabalhista, bem como as necessidades de justiça e efetividade do sistema recursal trabalhista. Mereceram destaque os tópicos referentes à teoria geral dos recursos, recurso de revista e recurso extraordinário para o STF, bem como o requisitos da transcedência e repercussão geral.

A execução também mereceu enfoque especial, considerando-se os problemas que surgem no cotidiano da Justiça do Trabalho, a exemplo da penhora do bem de família, concurso de credores, prisão de depositário judicial infiel, protesto extrajudicial da sentença trabalhista, penhora de dinheiro e a possibilidade de execução de títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Houve especial atenção do autor ao caráter prático da obra, apresentando caminhos para soluções de problemas que acontecem no cotidiano da Justiça do Trabalho, e que são de difícil solução.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possível ao leitor, com os diversos posicionamentos da doutrina e da jurisprudência, apresentando as visões majoritária e minoritária, mas sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Nota à Quinta Edição

Sou grato, novamente, a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, aos professores de direito processual do trabalho, aos estudantes, aos advogados, aos servidores da justiça, aos juízes, aos procuradores e aos candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo, pelas sugestões e pelas críticas, maiores responsáveis pela propagação deste livro e também pela continuidade dos meus estudos.

Esta quinta edição foi trabalhada durante todo o ano de 2011, ocasião em que concluí tese de doutorado sobre os princípios do processo do trabalho, bem como atualizei outras duas obras (Provas no Processo do Trabalho — 2ª edição — e Execução no Processo do Trabalho — 3ª edição). Esses trabalhos provocaram novas reflexões, e também o aperfeiçoamento de diversos capítulos desta obra, principalmente, os atinentes à teoria geral do Processo do Trabalho, provas e execução.

Muitas obras surgiram no ano de 2011, bem como houve várias reedições de obras já consagradas; muitas delas foram incorporadas ao texto deste livro, e outras foram lidas, analisadas e citadas na bibliografia.

Todos os capítulos da obra foram revisados, alguns alterados, outros aumentados, especialmente os capítulos sobre a teoria geral do direito processual do trabalho, provas, sentença, recursos, execução, ações coletivas e procedimentos especiais.

Foram incorporadas à obra não só as recentes alterações da CLT em matéria processual, mas também do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas. Também foram comentadas as novas Súmulas do STF, STJ e TST, e Enunciados da 1ª Jornada Nacional de Execução.

O capítulo sobre os princípios do processo do trabalho foi totalmente atualizado e reformulado, buscando destacar as novas tendências constitucionais dos processos, e, sobretudo, fortificar as vigas mestras e a importância da teoria geral do processo do trabalho no cenário processual.

A execução mereceu atenção especial, considerando-se os problemas que surgem no cotidiano da Justiça do Trabalho, a exemplo da penhora do bem de família, concurso de credores, prisão de depositário judicial infiel, protesto extrajudicial da sentença trabalhista, penhora de dinheiro e a possibilidade de execução de títulos executivos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Houve especial atenção do autor ao caráter prático da obra, apresentando caminhos para soluções de problemas que acontecem no cotidiano da Justiça do Trabalho, e que são de difícil solução.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possível ao leitor, com os diversos posicionamentos da doutrina e da jurisprudência, apresentando as visões majoritária e minoritária, mas sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Nota à Quarta Edição

Sou grato a todos que leram esta obra, especialmente aos meus alunos, professores de direito processual do trabalho, estudantes, advogados, servidores da justiça, juízes, procuradores e candidatos aos concursos da área trabalhista pelo incentivo e sugestões, maiores responsáveis pela propagação desta obra e também pela continuidade dos meus estudos.

A tarefa de atualizar uma obra exige muita paciência, reflexão, pesquisa e cuidado. Por isso, esta empreitada foi realizada durante todo o ano de 2010, a partir da pesquisa de novas obras, reedições de obras já existentes, alteração da legislação, análise criteriosa das novas tendências da jurisprudência trabalhista, indagações de alunos em sala de aula, questões complexas enfrentadas em processos judiciais, amadurecimento de ideias e muito trabalho.

Todos os capítulos da obra foram revisados, alguns alterados, outros, aumentados, especialmente os capítulos sobre a teoria geral do direito processual do trabalho, provas, sentença, recursos, execução, ações coletivas e procedimentos especiais.

Foram incorporadas à obra as recentes alterações da CLT em matéria processual, bem como do Código de Processo Civil, e legislação processual disciplinada em leis esparsas. Também foram comentadas as novas Súmulas do STF, STJ e TST.

O obra defende a autonomia científica do Direito Processual do Trabalho, bem como enaltece os instrumentos processuais trabalhistas que propiciam maior e melhor eficácia na aplicação e materialização do direito. Entretanto, em pontos específicos, em que a legislação processual trabalhista está com pouca efetividade ou já ultrapassada, defende-se a aplicação do Direito Processual Civil como forma de melhoria da prestação jurisdicional trabalhista, em compasso com a principiologia que rege o Direito Processual do Trabalho.

O livro mantém sua proposta inicial de apresentar o maior número de informações possíveis ao leitor com os diversos posicionamentos da doutrina e jurisprudência, sempre destacando a opinião pessoal do autor.

Espero que a obra continue sendo útil a todos que a consultarem.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Nota à Terceira Edição

Novamente, agradeço a todos que os leram este livro, realizaram sugestões e críticas, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Sou grato aos meus alunos, professores de direito processual do trabalho, estudantes, advogados, servidores da justiça, juízes, procuradores e candidatos aos concursos da Magistratura, Ministério Público do Trabalho e OAB pelo incentivo, maiores responsáveis pela propagação desta obra e também pela continuidade dos meus estudos.

Durante o ano de 2009, além da atualização de outros livros, dediquei-me, intensamente, à atualização da 3ª edição desta obra e também da 2ª edição do livro *Execução no Processo do Trabalho*, o que exigiu trabalho árduo de reflexão e pesquisa. Neste período, realizei inúmeros estudos de forma autônoma, e também no Curso de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os quais foram incorporados à obra. Além disso, foram consideradas as experiências obtidas das inúmeras aulas que ministrei em cursos preparatórios, pós-graduações, palestras em congressos e seminários, e também dos milhares de processos que apreciei na condição de magistrado em São Paulo.

Várias obras de qualidade surgiram sobre o Direito Processual do Trabalho e também novas edições de obras já consagradas junto à comunidade jurídica, as quais foram incorporadas a esta nova edição.

Foram destacadas as modernas tendências da Justiça do Trabalho e do Processo do Trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, a jurisprudência consolidada dos Tribunais, e a praxe das Varas e Tribunais Trabalhistas.

Houve decisões importantes do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da passagem do conflito trabalhista pelas Comissões de Conciliação Prévia, competência da Justiça do Trabalho para o dano moral em ricochete, e prisão do depositário infiel, as quais foram analisadas e incorporadas à presente edição.

Esta edição analisa as recentes leis processuais que alteraram o processo do trabalho (Lei n. 11.925/09), e do mandado de segurança (Lei n. 12.016/09).

Praticamente, todos os capítulos da obra foram revisados e ampliados, com a doutrina mais recente e a jurisprudência mais significativa dos tribunais.

Foi mantida a característica inicial da obra de apresentar as posições divergentes sobre o tema, com o maior número de informações possíveis da doutrina e jurisprudência, a fim de facilitar a pesquisa do estudante e do profissional sobre cada tema que disciplina o Direito Processual do Trabalho. Não obstante, a posição pessoal do autor sempre foi destacada e defendida.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Nota à Segunda Edição

Agradeço imensamente a todos os leitores desta obra, especialmente aos professores, juízes, procuradores, advogados e estudantes de faculdades de graduação, pós-graduação e candidatos às carreiras jurídicas pelas manifestações positivas sobre a obra, críticas, sugestões e incentivo.

O rápido esgotamento da primeira edição e da segunda tiragem deste livro me incentivou a proceder à intensa revisão do texto, com correção de alguns erros, revisão de alguns pontos de vista, atualização legislativa, bem como a ampliá-la consideravelmente.

Como a obra vem sendo utilizada em cursos de graduação, pós-graduação e, principalmente, em cursos preparatórios para a Magistratura, Ministério Público do Trabalho, Exame de Ordem e Concursos de Analista nos Tribunais Regionais do Trabalho, realizei a inclusão de novas matérias que vêm sendo exigidas nos recentes Concursos da Magistratura e Ministério Público do Trabalho.

Foi realizada pesquisa das obras mais recentes de Direito Processual do Trabalho, bem como das novas edições mais recentes de obras já consagradas, assim como da jurisprudência mais significativa dos Tribunais.

Foram inseridas inúmeras ementas de jurisprudência recente, principalmente, do Tribunal Superior do Trabalho, bem como dos Tribunais Regionais do Trabalho brasileiros, com a finalidade de apresentação do recente panorama jurisprudencial de interpretação do Direito Processual do Trabalho.

Diante da importância do Direito Processual Civil no Processo do Trabalho, também foram pesquisadas obras mais recentes e reedições de obras já consagradas.

Praticamente, todos os capítulos foram ampliados com a doutrina e jurisprudência mais recentes, bem como muitas páginas e parágrafos foram reescritos com a finalidade de tornar a obra mais didática e de fácil entendimento, assim também procuramos apresentar o maior número de informações possíveis sobre cada instituto do Direito Processual do Trabalho.

Foram destacadas as modernas tendências do Processo do Trabalho à luz da moderna teoria geral do processo, bem como as controvérsias mais contundentes da atualidade do processo do trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, sempre mencionando as posições antagônicas e destacando nossa posição.

Adaptamos a obra aos programas dos Editais da Magistratura, Ministério Público do Trabalho, Analista Judiciário nos TRTs, Exame de Ordem e curso de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

Espero continuar merecendo a confiança do leitor, com sinceros votos de que esta seja útil a todos que a consultarem.

O autor
mauro.schiavi@uol.com.br

Apresentação

A presente obra é fruto de experiência acumulada em aproximadamente 15 anos de frequência diária à Justiça do Trabalho, como servidor da Justiça do Trabalho (Vara do Trabalho e TRT), nos últimos 7 anos na Magistratura do Trabalho em São Paulo, e também de intensa pesquisa doutrinária e jurisprudencial empreendida nos últimos 5 anos.

Em razão de frequência em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e também de termos atuado como professor de faculdades de graduação, pós-graduação e, principalmente, em cursos preparatórios para a OAB, Magistratura e Ministério Público do Trabalho, nas cidades de São Paulo e Campinas, pudemos constatar as necessidades tanto dos alunos, candidatos a concursos públicos, como dos que militam diariamente na Justiça do Trabalho e buscam soluções rápidas para os problemas do cotidiano, mas também necessitam aprofundar-se sobre as discussões doutrinárias e jurisprudenciais dos mais diversos assuntos que envolvem o Processo do Trabalho. Dessa forma, propusemo-nos a redigir o presente Manual, pesquisando e selecionando as melhores obras e melhores temas desenvolvidos por cada doutrinador, tanto do Direito Processual Civil como do Direito Processual do Trabalho, da jurisprudência mais significativa de cada tema, sempre externando nossa opinião sobre os temas de maior controvérsia.

As grandes transformações do Direito do Trabalho e os novos rumos da Justiça do Trabalho impulsionados pela EC n. 45/04 exigem que a Justiça do Trabalho tenha um processo mais efetivo, visando a dar cumprimento ao Direito do Trabalho e garantir o acesso real e célere do trabalhador à Justiça.

Diante das profundas reformas que vem sofrendo o Processo Civil em busca da celeridade e efetividade processual, principalmente na execução, são relevantes e contundentes os impactos das alterações da legislação processual civil no Processo do Trabalho, considerando a aplicação subsidiária permitida pelos art. 769 e 889 da CLT. Por isso, podemos dizer que, a partir da EC n. 45/04 e das recentes alterações do CPC, vivemos a fase de um novo Processo do Trabalho, mais preocupado com os resultados práticos e com a duração razoável do processo.

Em razão da importância do Direito Processual Civil no Processo do Trabalho, estruturamos o livro com base nos programas de Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil mencionados nos Editais dos últimos concursos da Magistratura e Ministério Público do Trabalho.

Tendo estudado a fundo o Processo do Trabalho diante das recentes alterações do Código de Processo Civil e seus impactos na esfera processual trabalhista, procuramos apresentar uma moderna visão do Processo do Trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, e tudo que existe de bom na CLT, destacando os institutos e peculiaridades do Processo do Trabalho como sendo um processo de audiência, de partes, mais simples e menos burocratizado, mas também com os olhos voltados para os princípios constitucionais do processo, reconhecendo os recentes avanços do Direito Processual Civil, que podem ser transportados para o Processo do Trabalho, como medida de melhoria da prestação jurisdicional trabalhista e prestígio da dignidade da Justiça do Trabalho como instituição destinada a solucionar os conflitos que envolvem o trabalho humano.